



Eurobarómetro Standard 76

**OPINIÃO PÚBLICA NA UNIÃO EUROPEIA
Outono 2011**

**RELATÓRIO
NACIONAL**

PORTUGAL

Esta sondagem foi encomendada e coordenada pela Comissão Europeia, Direcção-Geral da Comunicação

Este relatório foi produzido para a Representação da Comissão Europeia em Portugal.

Este documento não reflecte as opiniões da Comissão Europeia.
As interpretações ou opiniões expressas neste relatório são apenas dos seus autores.

Eurobarómetro Standard 76 / Outono 2011 – TNS Opinion & Social

Índice

1. Introdução	1
2. Informação sobre a União Europeia: a situação nacional	2
3. Que Europa em 2020? A opinião dos portugueses em perspetiva comparada.....	6
4. Conclusão.....	10

Este Relatório Nacional do Eurobarómetro 76 foi elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal por uma equipa composta por Carlos Jalali (U. Aveiro), Marina Costa Lobo (Instituto de Ciências Sociais – U. Lisboa), José Santana Pereira (Instituto Universitário Europeu em Florença) e Patrícia Silva (U. Aveiro). O texto do relatório foi elaborado de acordo com as normas do novo acordo ortográfico.

1. Introdução

O Eurobarómetro 76 foi realizado no outono de 2011, com o propósito de prosseguir a análise semestral das atitudes da opinião pública europeia sobre vários temas dos domínios económico, político e social. Este relatório nacional examina os dados relativos a Portugal em perspetiva comparada com os demais países da União Europeia, focando duas dimensões centrais de análise: a informação dos portugueses sobre a UE e a sua opinião em relação às prioridades europeias para a próxima década. A opinião pública nacional sobre estes dois temas é aprofundada, sempre que relevante, através de análises longitudinais (comparando os resultados atuais com os de inquéritos anteriores) e com recurso à desagregação dos perfis sócio-demográficos dos inquiridos.

Em Portugal, o trabalho de campo deste Eurobarómetro foi realizado entre os dias 5 e 20 de novembro de 2011. Este período foi marcado pela proposta de Orçamento de Estado para 2012 (OE-2012) do Governo Português, aprovada na generalidade pelo Parlamento durante o trabalho de campo deste relatório, no dia 11 de novembro. Na apresentação das medidas do OE-2012, o Governo Português indicou como um objetivo central cumprir as metas fixadas no “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica” firmado pelo Estado Português com o Fundo Monetário Internacional, a União Europeia e o Banco Central Europeu em maio de 2011, particularmente em termos da redução do défice orçamental para 4,5 por cento do PIB¹. As medidas de austeridade contidas no OE-2012 são substanciais, levando o Ministro de Estado e das Finanças a declarar que este é “sem dúvida o orçamento mais exigente da história democrática portuguesa”. Estas medidas foram alvo de contestação dos partidos da oposição com representação parlamentar, em especial do Partido Comunista Português, do Bloco de Esquerda e do Partido Ecologista “Os Verdes”, tendo todos estes votado contra o OE-2012. Por sua vez, o Partido Socialista absteve-se na votação na generalidade, tendo o seu líder sinalizado a sua discordância com algumas das medidas do OE-2012. A contestação fez-se sentir também por parte dos sindicatos durante o período em análise, culminando na convocação de uma greve geral pelas duas principais centrais sindicais portuguesas, realizada quatro dias após a conclusão do trabalho de campo deste Eurobarómetro.

A nível europeu, o período é marcado pela crise da dívida soberana europeia. Em 26 de outubro, oito dias antes do início do trabalho de campo deste relatório, a cimeira extraordinária da zona euro aprovou um pacote adicional de medidas para combater esta crise, incluindo um aumento substancial do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira². Contudo, tal não evitou a continuação da crise, com o aumento nas taxas de juro de títulos de dívida soberana a gerar crescente pressão sobre vários Estados-Membros, com especial destaque para a Itália, que viu a taxa de juro da sua dívida ultrapassar os 7 por cento durante o trabalho de campo deste relatório. A crise da dívida soberana europeia teve também reflexos políticos em vários Estados-Membros durante este período, incluindo a queda de dois governos nacionais: na Grécia, onde o governo de George Papandreou foi substituído por um executivo encabeçado por Lucas Papademos (11 de novembro), e na Itália, onde o governo de Silvio Berlusconi deu lugar ao executivo de Mario Monti (16 de novembro).

Esta conjuntura ajuda assim a contextualizar o panorama da opinião pública nacional, que de seguida examinamos.

¹ Ver Lei do Orçamento de Estado para 2012, disponível em <<http://bit.ly/hfCSvh>>; e “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica”, disponível em <<http://bit.ly/AgkoVe>>.

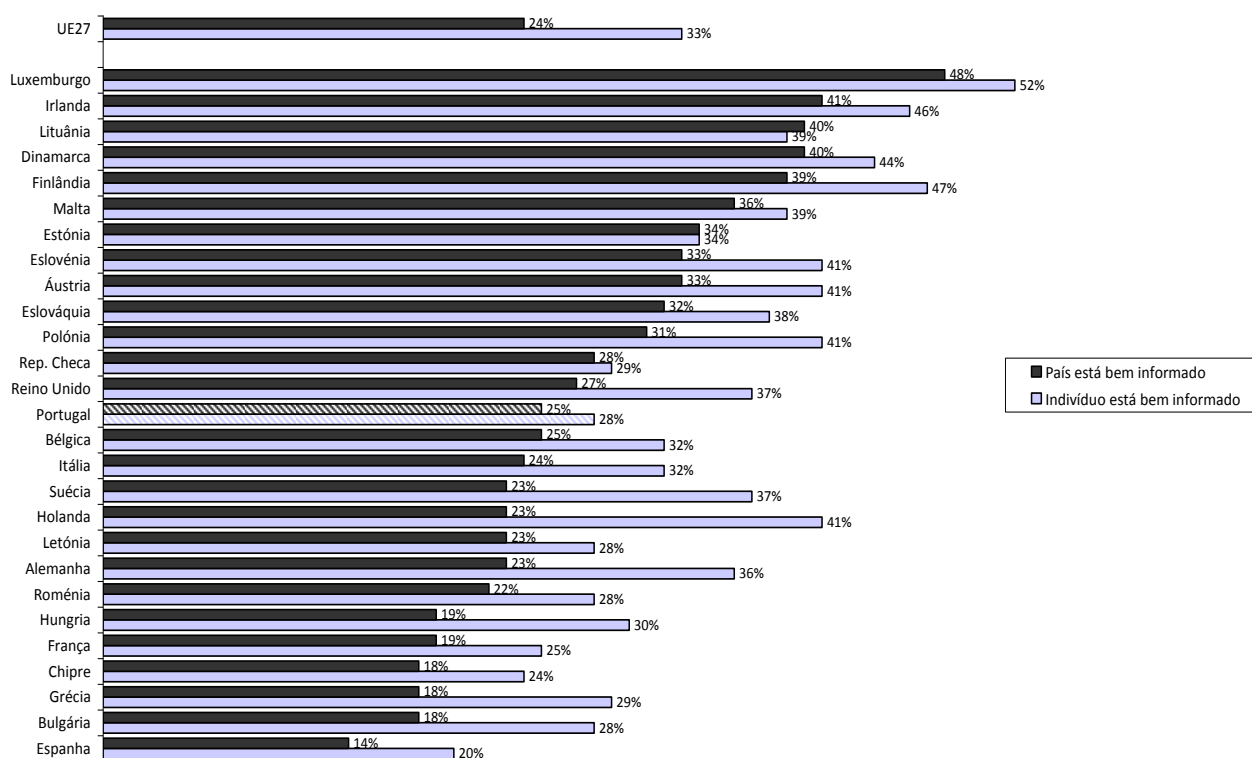
² Ver “Declaração da Cimeira do Euro”, disponível em <<http://bit.ly/wmY99x>>; e “Observações do Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, após a Cimeira do Euro”, disponível em <<http://bit.ly/ydqsJt>>.

2. Informação sobre a União Europeia: a situação nacional

Esta secção examina a opinião dos portugueses sobre a informação relativa à União Europeia; identifica as suas principais fontes de informação europeia, quer sobre os assuntos políticos europeus em geral, quer sobre a UE especificamente; e, por fim, explora a avaliação que os portugueses fazem das redes sociais enquanto fonte de informação política.

O gráfico 2.1 apresenta os sentimentos de informação dos portugueses sobre a União Europeia em perspetiva comparada. Para tal, mobiliza dois indicadores distintos: a avaliação que os inquiridos fazem do seu nível de informação sobre os assuntos europeus; e a sua perceção em relação ao grau de informação dos portugueses em geral sobre estes assuntos.

Gráfico 2.1 – Sentimento de informação sobre assuntos europeus
(% de inquiridos que responderam “muito bem” ou “bem”)

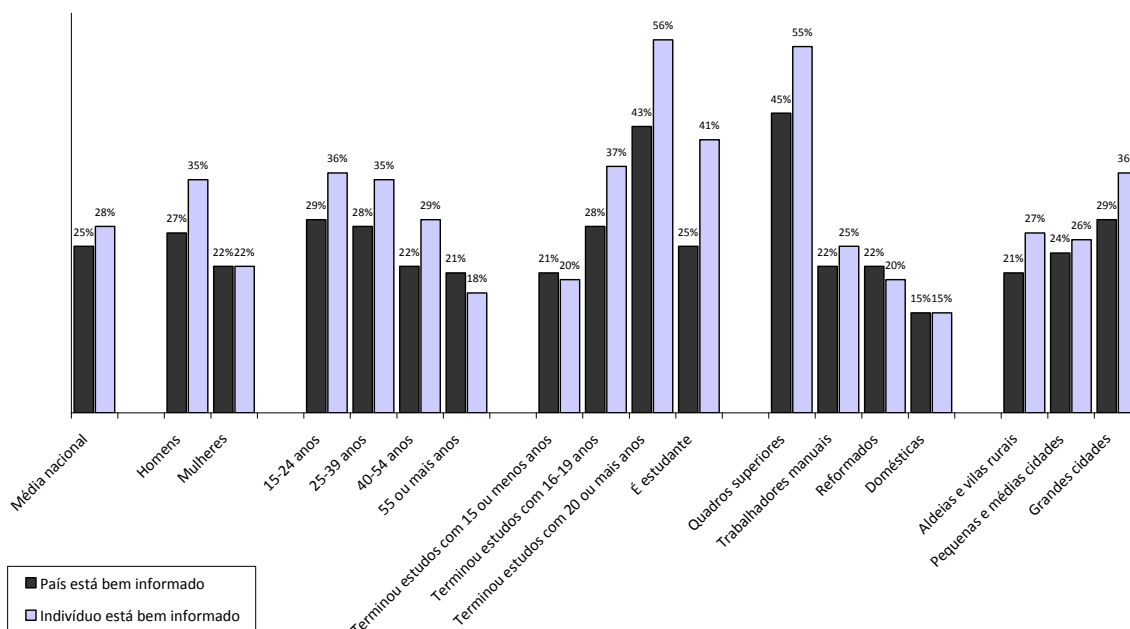


À semelhança da generalidade dos europeus, os portugueses tendem a apresentar uma perspetiva globalmente negativa do seu grau de informação sobre assuntos europeus e não diferem muito da média europeia nas duas questões aqui examinadas. Tal é particularmente evidente na avaliação do nível de informação do país, com 25 por cento dos portugueses a considerar que, globalmente, o país está bem informado sobre os assuntos europeus – um valor ligeiramente acima da média europeia de 24 por cento. Este padrão é invertido quando a questão se centra no sentimento de informação individual sobre estes assuntos, com 28 por cento dos portugueses a considerarem-se “muito bem” ou “bem” informados, contra uma média europeia de 33 por cento. Contudo, é importante salientar que **o sentimento de informação dos portugueses melhorou consideravelmente em comparação com o Eurobarómetro 74 (EB74) realizado em novembro de 2010**, com uma redução de sete pontos percentuais no número de portugueses que avaliava negativamente o seu nível de informação individual e de oito pontos percentuais no que diz respeito à informação global do país. **Esta evolução contrasta com o padrão europeu, que se manteve inalterado em relação a 2010.**

Os resultados nacionais são também similares à média dos países da Zona Euro, onde 75 por cento dos inquiridos considera que o seu país está mal informado e 68 por cento sente-se individualmente mal informado. De notar, por fim, que o sentimento de informação nos países que não pertencem à moeda única é ligeiramente menos negativo (70 e 63 por cento, respetivamente). Este padrão poderá, em parte, refletir a complexidade da conjuntura enfrentada na Zona Euro, descrita na introdução deste relatório.

Ao mesmo tempo, o **sentimento de desinformação não é igualmente partilhado pela população portuguesa**. Como o gráfico 2.2 demonstra, esta perceção é particularmente evidente entre os reformados, as domésticas e os menos escolarizados. A maioria dos quadros superiores e dos cidadãos mais escolarizados considera que está bem informada sobre os assuntos europeus, enquanto que apenas 15 por cento das domésticas e 20 por cento dos reformados partilham esta perceção.

Gráfico 2.2 – Sentimento de informação sobre assuntos europeus por grupos sócio-demográficos (% de inquiridos que responderam “muito bem” ou “bem”)

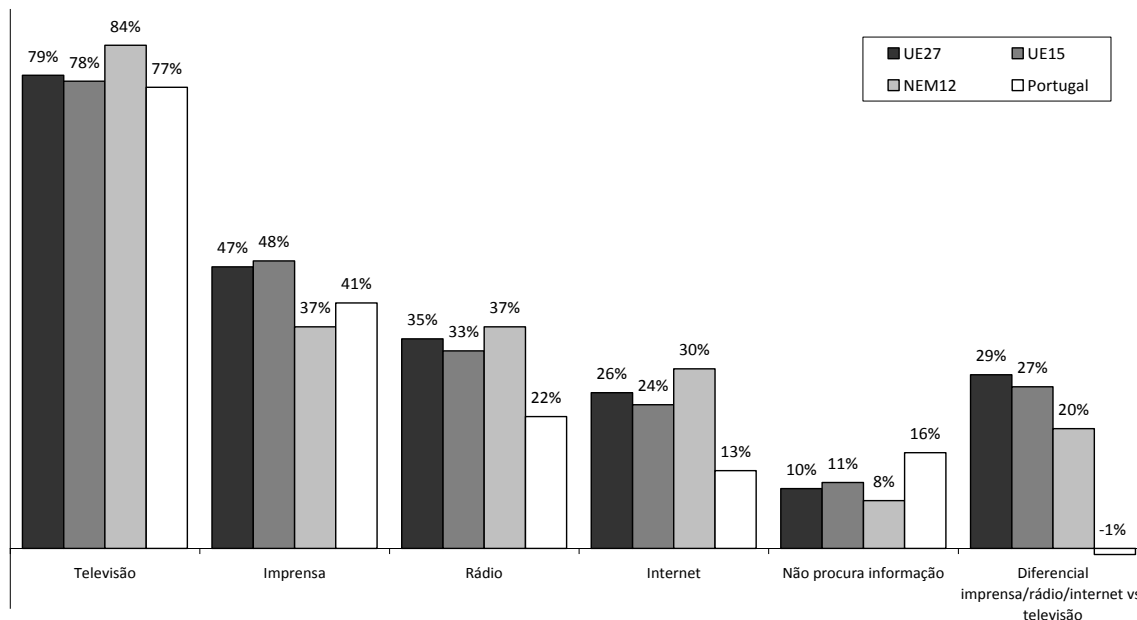


Em Portugal, a principal fonte de informação usada para obter notícias sobre assuntos políticos europeus é, tal como na generalidade da UE, a televisão. De igual modo, e como o gráfico 2.3 abaixo ilustra, a proporção de portugueses que recorre à televisão é muito semelhante à média dos UE-27. Este gráfico apresenta também as médias para o grupo de Estados-Membros que faziam parte da UE antes dos alargamentos de 2004 e 2007 (UE15) e ao conjunto dos Estados-Membros que aderiram à UE naquelas datas (NEM12). Os resultados nacionais relativos à televisão são semelhantes à média dos UE15 e inferiores aos dos NEM12, onde o uso deste meio como fonte de notícias sobre assuntos políticos europeus é referido por um maior número de cidadãos.

No entanto, importa frisar que **em Portugal a televisão apresenta um papel muito mais central no conjunto de fontes de informação do que na generalidade dos países europeus**. Com efeito, no nosso país, a proporção de inquiridos que refere usar a televisão para obter notícias sobre assuntos europeus (77 por cento) é superior à soma das proporções de inquiridos que usam qualquer um dos outros meios aqui em consideração – imprensa, rádio e Internet (76 por cento). Tal contrasta com o padrão europeu, onde a proporção de inquiridos que recorrem à imprensa,

rádio ou Internet é 29 pontos percentuais superior à proporção dos que recorrem à televisão. Aliás, **Portugal é o único país da UE onde a televisão é mais usada do que o conjunto dos outros meios (imprensa, rádio e Internet) para obter informação sobre assuntos políticos europeus.**

Gráfico 2.3 – Principais fontes de informação para notícias sobre assuntos europeus
(várias respostas possíveis)



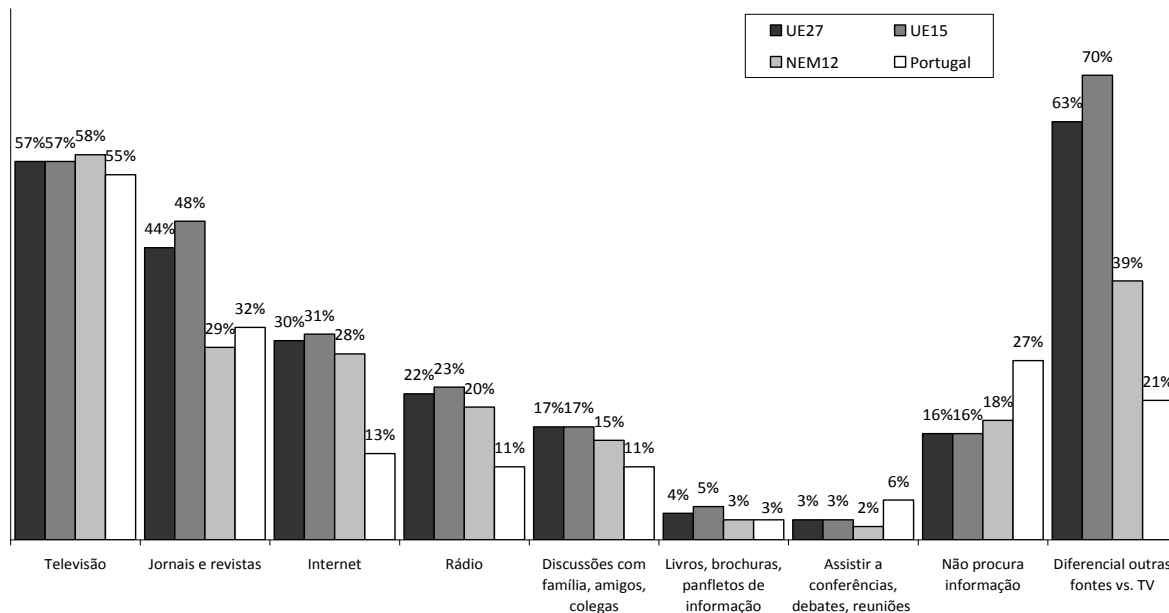
A preponderância da televisão reflete sobretudo os **níveis comparativamente baixos de utilização da rádio e da Internet para obter notícias sobre temas políticos europeus, com o nosso país a apresentar a mais baixa proporção de uso destes meios na UE-27. Esta diferença é particularmente saliente no caso da Internet**, com a proporção dos portugueses que recorrem a este meio para se informarem sobre os assuntos políticos europeus (13 por cento) a ser metade da média europeia (26 por cento). Este padrão é consistente com **o baixo uso que os portugueses fazem da Internet de uma forma geral**. Com efeito, dados recolhidos neste Eurobarómetro indicam que **apenas 23 por cento dos portugueses acedem diária ou quase diariamente à Internet – a mais baixa proporção dos UE-27** e substancialmente inferior à média europeia (48 por cento). De igual modo, **Portugal é o país com a mais elevada percentagem de inquiridos que afirmam nunca aceder à Internet (58 por cento)**, praticamente o dobro da média europeia (30 por cento). Por fim, a **proporção dos portugueses que afirmam não procurar informação sobre assuntos políticos europeus (16 por cento)** é comparativamente elevada, sendo não só superior à média europeia (10 por cento) **mas também a segunda mais alta em toda a UE**, inferior apenas à observada em Itália.

A análise anterior centrou-se nas notícias sobre assuntos políticos europeus em geral. Viramos agora a nossa atenção para as fontes usadas pelos inquiridos para obterem informação específica sobre a União Europeia, as suas políticas e instituições. O gráfico 2.4 apresenta os resultados nacionais para esta questão, comparando-os quer com a média europeia, quer com a média dos Estados-Membros mais antigos (UE15) e mais recentes (NEM12).

Como se pode ver no gráfico, as fontes usadas pelos portugueses para se informarem sobre a União Europeia não diferem muito das que são utilizadas para aceder a notícias sobre assuntos políticos europeus. Assim, **a televisão emerge como a principal fonte de informação sobre a UE**. A proporção dos que recorrem a este meio em Portugal não é muito diferente da média europeia. Contudo, **verifica-se novamente uma ainda maior preponderância da televisão no nosso país**. Com efeito, no caso português, a diferença entre o uso de todas as

outras fontes aqui examinadas e o uso da televisão é a mais baixa dos 27 Estados-Membros (em igualdade com a Polónia), e substancialmente inferior à média da UE e dos demais Estados-Membros mais antigos (UE15).

Gráfico 2.4 – Principais fontes de informação sobre a UE, suas políticas e instituições
(várias respostas possíveis)



As principais diferenças verificam-se novamente nos baixos níveis de utilização da rádio e da Internet, com especial destaque para esta última (13 por cento, menos de metade dos 30 por cento da média europeia). De igual modo, a proporção dos portugueses que afirmam nunca procurar informação sobre a União Europeia (27 por cento) é a segunda mais elevada da UE (apenas inferior à verificada em Malta), excedendo substancialmente a média europeia (16 por cento). Há todavia uma particularidade neste panorama de baixo uso de meios de informação não-televisivos: a participação em conferências, debates ou reuniões. Não só os valores nacionais de uso desta fonte (6 por cento) excedem a média europeia (3 por cento), como importa frisar que Portugal é o país da UE onde esta fonte foi mais frequentemente referida.

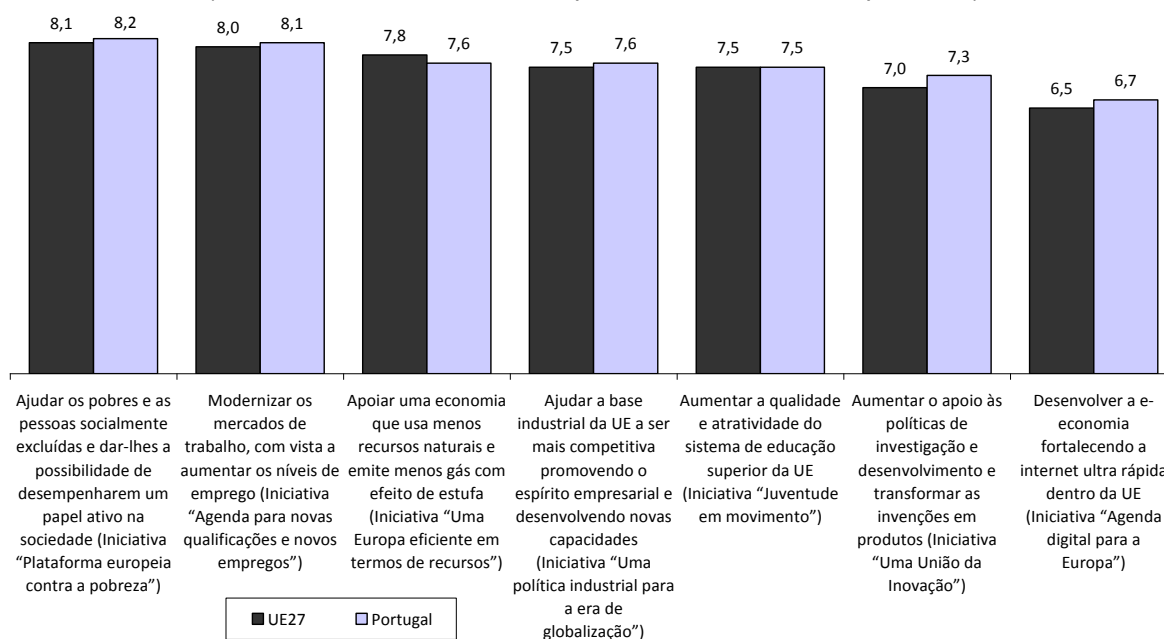
Tendo em conta os baixos níveis de acesso à Internet em Portugal, não é surpreendente constatar que os portugueses encaram o papel das redes sociais enquanto meio de informação e participação política com bastante menos entusiasmo que os seus congéneres europeus. Assim:

- 37 por cento dos portugueses concordam com a ideia que as redes sociais online são uma forma moderna de se manter informado sobre os assuntos políticos. Este é o segundo valor mais baixo da UE (superior apenas ao relativo à Roménia), e situa-se dez pontos percentuais abaixo da média europeia (47 por cento).
- 34 por cento dos portugueses consideram que as redes sociais podem fazer com que as pessoas se interessem pelos assuntos políticos. Mais uma vez, este valor excede apenas o da Roménia, e é substancialmente inferior à média europeia (47 por cento).
- 37 por cento dos portugueses avaliam as redes sociais como uma boa forma de dar a sua opinião sobre questões políticas, uma proporção bastante abaixo da média europeia (47 por cento) e somente superior à da Roménia (27 por cento).
- 20 por cento dos portugueses consideram que as informações sobre assuntos políticos publicadas nas redes sociais são de confiança, contra uma média europeia de 26 por cento.

3. Que Europa em 2020? A opinião dos portugueses em perspetiva comparada

Esta secção examina a avaliação que os portugueses fazem das medidas da Estratégia Europa 2020 da Comissão Europeia. A Estratégia 2020 define sete iniciativas centrais, com o objetivo de estimular um “crescimento inteligente, sustentável e inclusivo para a UE”³. O Eurobarómetro 76 pediu aos inquiridos que avaliassem alguns dos objetivos centrais de cada uma destas sete iniciativas, e que indicassem em que medida as consideram importantes para a União Europeia enfrentar a atual crise financeira e económica e preparar-se para a próxima década. Os resultados desta avaliação são apresentados no gráfico 3.1.

Gráfico 3.1 – Importância atribuída às iniciativas da Estratégia 2020
(escala de 1 a 10: 1 = “nada importante”, 10 = “muito importante”)



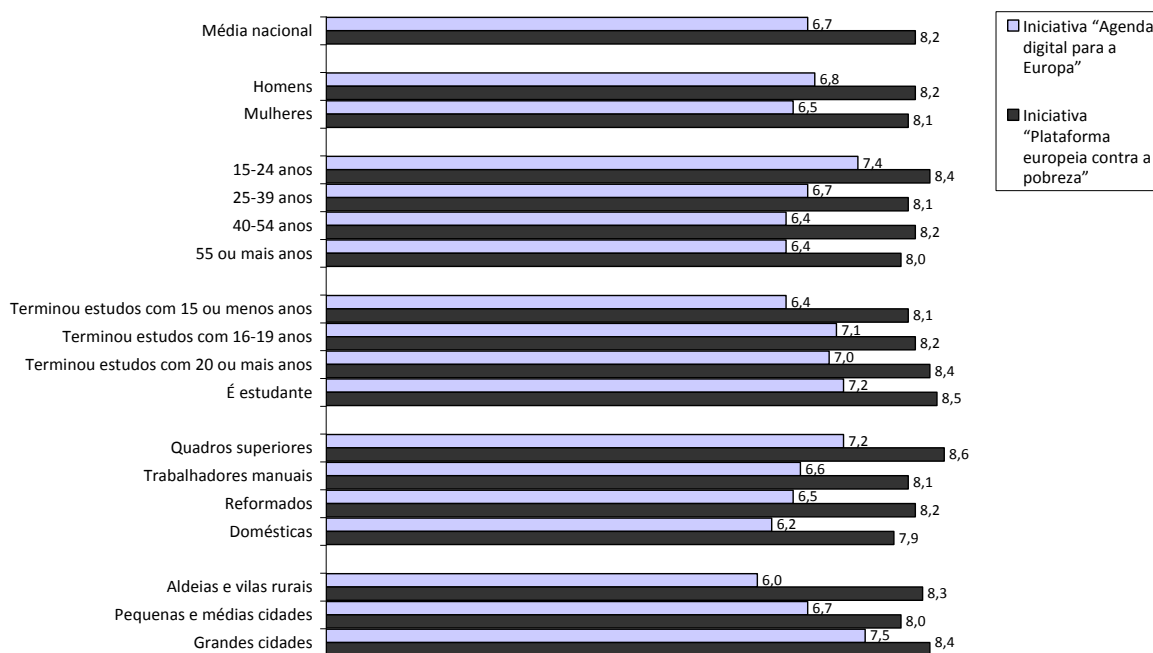
À semelhança dos seus congéneres europeus, os portugueses avaliam muito positivamente as iniciativas da Estratégia 2020. Com efeito, no conjunto das sete iniciativas, a avaliação média dos portugueses é de 7,6 numa escala de 10 pontos, 0,1 pontos acima da avaliação média europeia (7,5 pontos). Para além disso, a diferença nas avaliações nacionais e europeias é de 0,1 pontos em cinco destas iniciativas, e as duas exceções apresentam também diferenças muito pequenas (0,2 pontos no caso da iniciativa “Uma Europa eficiente em termos de recursos” e 0,3 pontos na iniciativa “Uma União de inovação”).

As duas iniciativas consideradas mais importantes – quer pelos portugueses, quer pelos europeus em geral – são a “Plataforma europeia contra a pobreza” (média de 8,2 em Portugal e de 8,1 na UE) e a **“Agenda para novas qualificações e novos empregos”** (média de 8,1 em Portugal e de 8,0 na UE). Estas prioridades podem ser reflexo do atual contexto de crise, na medida em que esta tende a afetar negativamente o mercado de trabalho e aumentar a exclusão social.

A avaliação destas iniciativas pelos portugueses é aprofundada no gráfico 3.2. Este gráfico apresenta a opinião sobre a importância das iniciativas “Agenda Digital para a Europa” e “Plataforma europeia contra a pobreza” (que obtiveram, no quadro nacional, as avaliações de importância mais alta e mais baixa) desagregada por grupos sócio-demográficos.

³ Esta estratégia está disponível em <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:PT:PDF>>.

Gráfico 3.2 – Importância atribuída às iniciativas “Agenda Digital” e “Plataforma Europeia contra a Pobreza” por grupos sócio-demográficos
(escala de 1 a 10: 1 = “nada importante”, 10 = “muito importante”)

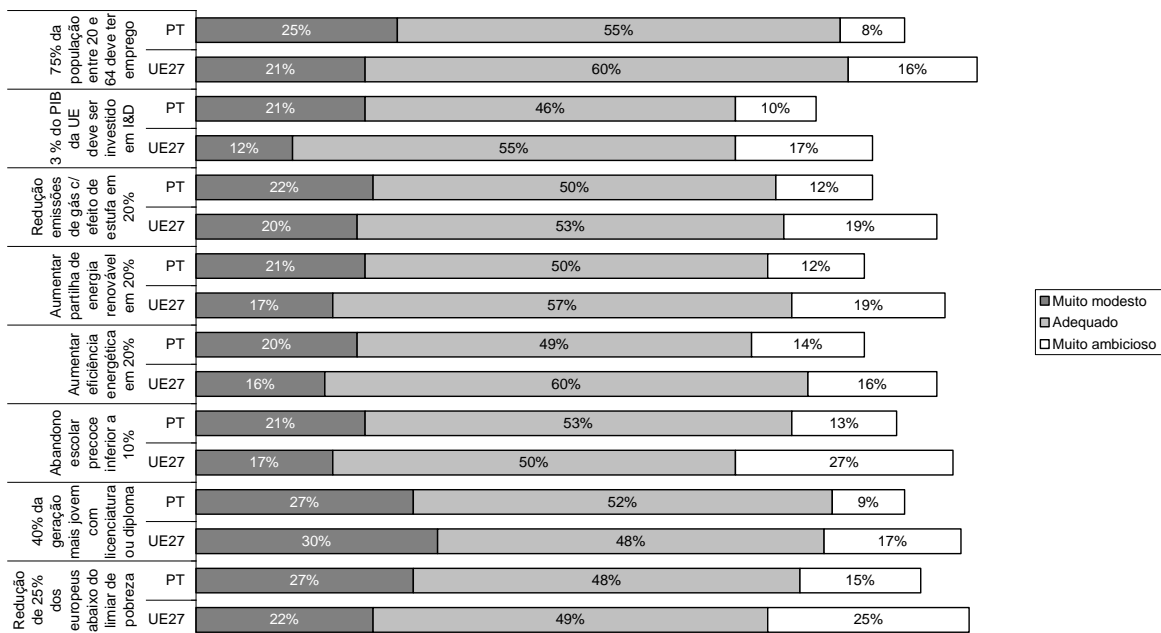


A iniciativa “Agenda digital para a Europa” apresenta as maiores diferenças entre grupos sócio-demográficos, sendo as mais salientes associadas ao local de residência dos inquiridos. Assim, os residentes em zonas rurais são os que atribuem menor importância a esta iniciativa (6 pontos), contrastando com os habitantes de grandes cidades (7,5 pontos). Os mais jovens, os estudantes e os quadros superiores também apresentam um nível de apoio comparativamente superior a esta iniciativa. As diferenças são consideravelmente menores no que diz respeito à iniciativa “Plataforma europeia contra a pobreza” – com efeito, apenas 0,7 pontos separam os grupos mais e menos entusiastas relativamente a esta iniciativa. Tal sugere um considerável consenso nacional em torno da importância da prioridade do combate à pobreza e à exclusão social, confirmado pelo facto de que as avaliações feitas por praticamente todos os grupos superam os 8 pontos.

O gráfico 3.3 apresenta a opinião dos portugueses em relação aos grandes objetivos desta estratégia⁴. À semelhança da generalidade dos europeus, os portugueses consideram que os objetivos desta estratégia são adequados. Contudo, esta opinião é ligeiramente mais acentuada na UE que em Portugal. A avaliação positiva dos portugueses supera a dos europeus em dois dos oito objetivos, ambos relacionados com a área da educação. Dos três objetivos onde a avaliação dos portugueses mais difere negativamente da média europeia, dois estão relacionados com a área das alterações climáticas e o terceiro com a área da inovação. É de referir que a percentagem de cidadãos nacionais que classificam as metas estipuladas como sendo excessivamente modestas é superior à média europeia em sete dos oito objetivos aqui analisados, o que sugere uma avaliação mais exigente em Portugal.

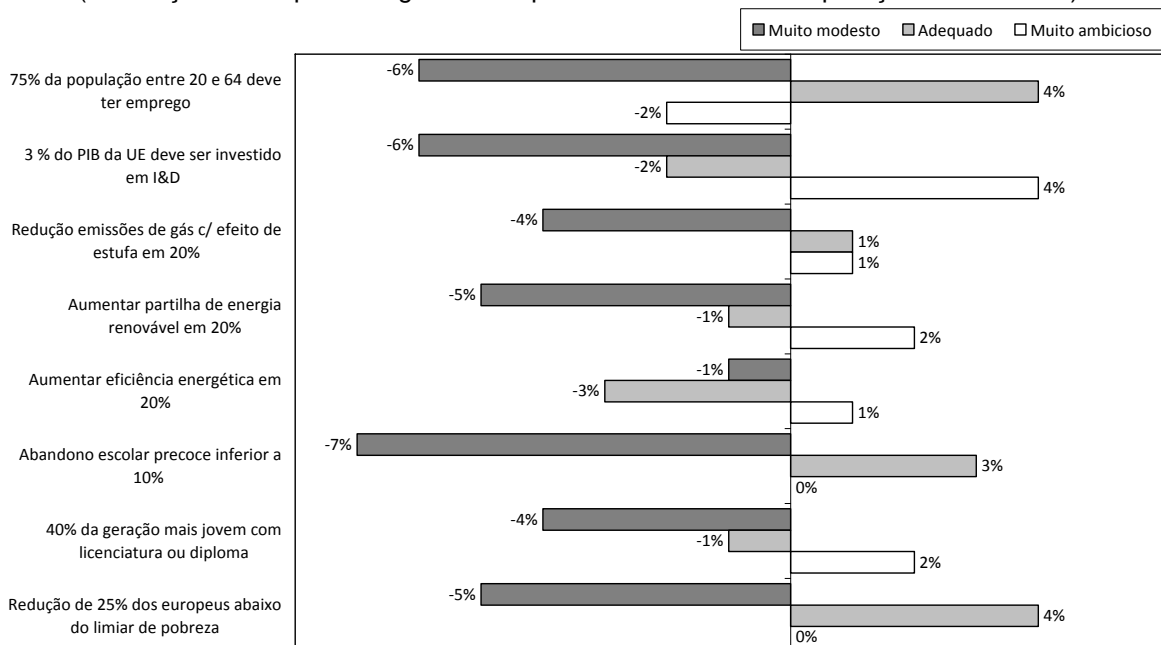
⁴ Para uma lista destes objetivos e das áreas em que se inserem, ver <<http://bit.ly/wXHArv>>.

Gráfico 3.3 – Avaliação dos objetivos da Estratégia Europa 2020



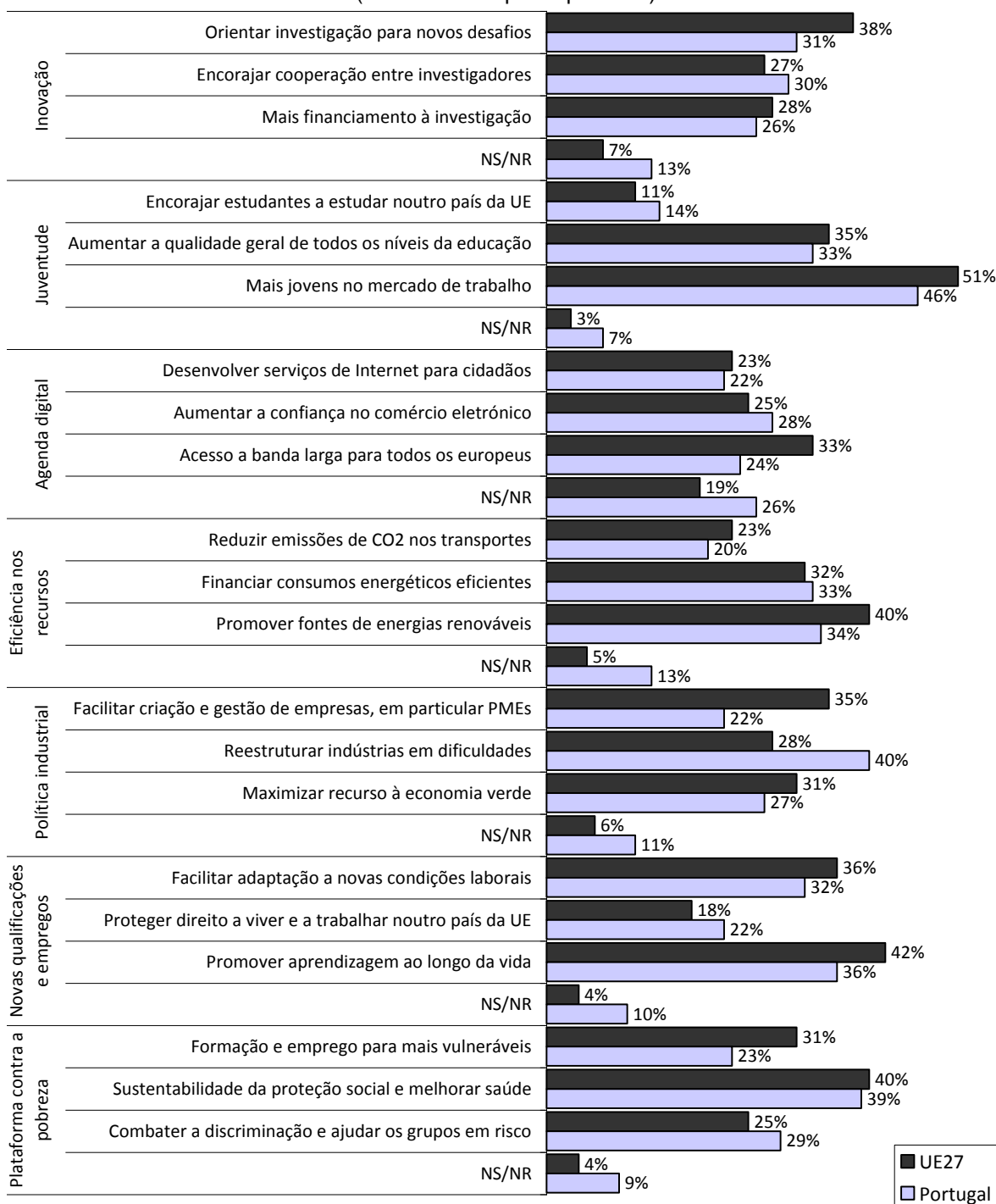
Contudo, em comparação com o Eurobarómetro 74, a avaliação dos portugueses em relação aos objetivos da Estratégia Europa 2020 tornou-se menos exigente. Como o gráfico 3.4 ilustra, em todos os objetivos houve uma redução não negligenciável na proporção de inquiridos que os consideram demasiado modestos. Esta tendência poderá refletir as políticas de austeridade que têm sido adotadas como resposta à crise económica e financeira.

Gráfico 3.4 – Evolução da avaliação dos objetivos da Estratégia 2020 nos últimos 12 meses (diferença entre a percentagem de respostas no EB76 em comparação com o EB74)



À semelhança do que foi feito no Eurobarómetro 74, este Eurobarómetro apresentou aos inquiridos algumas das medidas associadas às sete iniciativas centrais, pedindo-lhes que indicassem quais consideram prioritárias. Os resultados obtidos são elencados no gráfico 3.5.

Gráfico 3.5 – Principal prioridade por área de iniciativa da Estratégia 2020
(uma única resposta possível)



Em cinco das sete iniciativas, as prioridades expressas pelos portugueses coincidem com a opinião dos europeus. As exceções ocorrem nas iniciativas “Agenda Digital para a Europa” e “Uma política industrial para a era de globalização”. Em relação à primeira, a principal prioridade para os portugueses é aumentar a confiança dos consumidores no comércio eletrónico (28 por cento), enquanto que a generalidade dos europeus salienta o alargamento do acesso à Internet de banda larga a todos os cidadãos europeus como mais prioritário (33 por cento). No que diz respeito à segunda iniciativa, enquanto que na Europa como um todo é a alteração das regras para que seja mais fácil criar e gerir uma empresa que merece mais destaque (35 por cento), em Portugal a principal prioridade centra-se na reestruturação das indústrias em dificuldades. Por fim,

importa salientar **a elevada proporção dos portugueses que não sabe ou não responde a estas questões**. Com efeito, **em cinco das sete questões acima elencadas, Portugal é o Estado-Membro com a taxa de não-respostas mais elevada da UE** e, nas restantes duas, apresenta a segunda taxa mais elevada.

Tendo sido informados sobre as prioridades da UE ao longo do inquérito, como avaliam os portugueses o rumo da UE para sair da crise e enfrentar os novos desafios mundiais? Neste Eurobarómetro, **os portugueses tendem a considerar que a UE está a ir na direção errada** (33 por cento), contra 30 por cento que consideram que o rumo adotado pela UE é correto e 22 por cento que pensam que a direção seguida pela UE não é nem certa nem é errada. Tal como nos dois Eurobarómetros anteriores (EB74, realizado no outono de 2010, e EB75, realizado na primavera de 2011), **os portugueses são mais críticos do rumo da UE que os seus congéneres europeus, que tendem a avaliá-lo positivamente** (38 por cento), contra 31 por cento que tem a opinião oposta. **A avaliação nacional maioritariamente negativa neste Eurobarómetro altera o padrão dos dois Eurobarómetros anteriores**, em que a atitude mais frequente passava por afirmar que a Europa seguia a direção certa (33 por cento dos inquiridos no outono de 2010 e 36 por cento na primavera de 2011).

4. Conclusão

A maioria dos portugueses considera que não está pessoalmente bem informada em relação aos assuntos europeus. Se este resultado não difere muito da média europeia, ele não é igual em todos os setores da população portuguesa. São sobretudo os mais idosos, os menos escolarizados, as domésticas e os reformados que sentem estar mal ou nada informados, enquanto que os inquiridos mais escolarizados e os quadros superiores consideram-se maioritariamente muito bem ou bem informados sobre os temas europeus. Há contudo a registar uma evolução positiva no sentimento de informação dos portugueses em comparação com o Eurobarómetro 74, realizado 12 meses antes do presente estudo.

À semelhança dos seus congéneres europeus, a principal fonte de informação dos portugueses é a televisão, seja para se informarem sobre os assuntos políticos europeus em geral, seja para obterem informação específica sobre a UE. Contudo, a televisão apresenta uma preponderância muito maior em Portugal que nos restantes países europeus, sendo o país da UE onde a televisão apresenta o maior peso relativo enquanto fonte de informação. Na situação inversa encontramos a Internet, com os portugueses a surgirem neste EB como os que menos recorrem a este meio para se informarem sobre a UE e os assuntos europeus; bem como entre os menos entusiastas em relação ao papel das redes sociais na informação e participação política.

Os portugueses avaliam muito positivamente as sete iniciativas da Estratégia 2020 da Comissão Europeia. No conjunto das sete iniciativas, a avaliação média dos portugueses é de 7,6 pontos numa escala de 10 pontos (0,1 pontos acima da média europeia). Tanto os portugueses como os europeus em geral destacam a “Plataforma europeia contra a pobreza” e a “Agenda para novas qualificações e novos empregos” como as iniciativas mais importantes, um padrão que pode refletir o atual contexto de crise. Os objetivos da Estratégia 2020 são maioritariamente vistos como sendo adequados, tanto em Portugal como na UE; e em geral os portugueses apoiam medidas semelhantes aos seus congéneres europeus para as diferentes áreas de iniciativa desta estratégia. Contudo, ao contrário da média europeia, os portugueses tendem a considerar que a UE está a ir na direção errada para sair da crise e enfrentar os novos desafios mundiais. Se esta posição mais crítica dos portugueses em relação ao rumo da UE já se verificava nos dois Eurobarómetros anteriores, este é o primeiro onde o número de portugueses que avaliam negativamente a direção da UE excede o número dos que a avaliam positivamente.